

DAFLON, Verônica; SORJ, Bila (Orgs.). **Clássicas do Pensamento Social: mulheres e feminismos no século XIX**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

### Por uma transformação feminista do cânone sociológico

Paulo Jackson Gomes de Souza<sup>1</sup>

A imponente manifestação pela tríade Durkheim, Marx e Weber como clássicos da sociologia, reverbera profundamente na formação do cientista social. Essa composição tacitamente aceita e não questionada do cânone sociológico, impede um exame de sua construção ao longo da história do desenvolvimento da disciplina.

Dessa forma, naturalizado o panteão, é como se tudo se passasse por consequência da magnitude das obras destes autores e suas contribuições teóricas e metodológicas para a teoria social. Entretanto, ao nos deter sobre as condições institucionais e intelectuais (CUIN; GRESLE, 2017) da formação das Ciências Sociais, podemos notar um processo seletivo de autores, métodos e questões de interesse, com mudanças significativas - a depender do contexto nacional considerado e das transformações vigentes de determinado período histórico.

Sendo assim, no caso da sociologia, Giddens aponta para a importância do trabalho de Parsons e Robert K. Merton na difusão e consolidação da ideia de que existiriam pais fundadores, sugerindo que: “Todas as disciplinas têm seus fundadores porque eles são parte de seus mitos de origem” (GIDDENS, 1998, p.13).

É justamente esse processo seletivo, que remonta à fundação da sociologia e de seus mitos de origem, tal como posto por Giddens, que é questionado e contraposto em sua aparente naturalidade pelas sociólogas Verônica Toste Daflon e Bila Sorj no livro: “Clássicas do pensamento social: Mulheres e feminismos no século XIX”, cujas implicações epistêmicas e identitárias procuram criticamente examinar na introdução.

Segundo as autoras, o processo seletivo de construção do cânone sociológico moldou e definiu a identidade da comunidade de cientistas sociais com base na exclusão de autoras e de temas como gênero e outras questões consideradas “secundárias” dentro do campo. Desse modo, é possível constatar que “a categoria ‘clássico’, como qualquer outra, é

---

<sup>1</sup> Graduando de licenciatura em Ciências Sociais no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense.

socialmente construída e sustentada por uma comunidade e suas instituições” (DAFLON; SORJ, 2021, p.11).

Dentre os objetivos do livro está o questionamento do cânone - o próprio título, “Clássicas do pensamento social”, é utilizado, segundo as autoras, como ironia, provocação e contestação ao conceito de “clássicos” - e dos argumentos que buscam legitimar a ausência de mulheres em sua composição, apresentando um conjunto de pensadoras do século XIX que realizaram profícuas análises através de um prisma social e sociológico. Da mesma forma, as autoras propõem-se demonstrar como o gênero atravessa diferentes âmbitos do mundo social, criticando a segregação dos estudos de gênero e das teorias feministas dentro do campo da sociologia, defendendo sua qualidade como teoria social e política - e não apenas como movimento social.

À vista disso, Daflon e Sorj visam recuperar o vínculo entre os estudos feministas e as relações de gênero contemporâneas com produções em diferentes campos do saber ao longo da história, e que marca o desenvolvimento epistêmico que reverbera hoje nas análises de diferentes questões como a divisão sexual do trabalho, o serviço doméstico, a vida privada, maternidade, educação, direitos reprodutivos, condições das mulheres negras, entre outros.

Segundo as autoras, a seleção para esta coletânea foi realizada com base nos seguintes critérios: intelectuais cujas obras não receberam tradução em língua portuguesa ou tiveram uma restrita difusão no Brasil; originalidade das contribuições à sociologia e aos estudos das relações de gênero; diversidade geográfica, objetivando contemplar a diversidade de perspectivas sobre certas questões em diferentes contextos, assim como a escolha dos principais eixos e temas presente em suas obras.

No total, Daflon e Sorj apresentam oito pensadoras ao longo do livro, percorrendo suas biografias e trechos selecionados de algumas de suas obras - onde são comentados, contextualizados e interpretados. Assim, em sequência na coletânea, temos: Harriet Martineau (1802-1876), de Norwich, Inglaterra; Anna Julia Cooper (1858-1964) de Raleigh, Estados Unidos; Pandita Ramabai Sarasvati (1858-1922) de Kanara, Índia; Charlotte Perkins Gilman (1860-1935) de Hartford, Estados Unidos; Oliver Schreiner (1855-1920) da Colônia do Cabo, África do Sul; Alexandra Kollontai (1872-1952) de São Petersburgo, Rússia; Ercília Nogueira Cobra (1891-?) de São Paulo, Brasil, e por último, Alfonsina Storni (1892-1938), de Sala Capriasca, Suíça.

Alguns aspectos biográficos e posicionamentos políticos dessas mulheres se assemelham em alguns pontos, se diferenciam em outros e ainda, se opõem de forma

discrepante - a exemplo de Charlotte Perkins Gilman e Anna Julia Cooper, a primeira com posições xenófobas e racistas, a segunda, crítica do racismo, do paternalismo e da universalização de experiências impostas por parte dos grupos dominantes - como foi o caso das sufragistas brancas, da qual Gilman retratava e a elas se referia em seus trabalhos.

Entre algumas semelhanças de suas condições e vivências, as biografias destas intelectuais foram marcadas por transgressões e nisso se assemelham, seja por compartilharem a insígnia de “(...) ‘marginais’ ou ‘malditas’ em seu tempo” (DAFLON; SORJ, 2021, p.13), ou mesmo por terem tido algum reconhecimento e presença em importantes espaços. Da mesma forma, elas combinam em suas trajetórias deslocamentos, seja pela mobilidade de classes - e toda sorte de problemas acarretados e enfrentamentos gerados -, ou pela imigração ou viagens para outros países que as habilitaram e lhes proporcionaram perspectivas singulares, assim como lhes trouxeram importantes competências cognitivas e metodológicas.

É dentro dessa singularidade de competências que Harriet Martineau propõe em “Como observar a moral e os costumes” (1838) - quase 60 anos antes de Durkheim publicar “As regras do método sociológico” (1895) -, um método para o que denominou de “ciência da sociedade”. Em oposição às observações imediatistas e generalizantes dotadas de preconceito de cultura e moralismos, o estudo das “coisas”, e não dos sujeitos tomados individualmente como unidade de análise, tem como pressuposto o fato de que as instituições sociais, políticas e religiosas de uma nação manifestam mais precisamente evidências de sua moral e costumes.

Outros trabalhos de Martineau apresentados são: “Serviço doméstico” (1858) e “Sociedade na América” (1837) - fruto da estadia de dois anos da autora nos Estados Unidos. Suas obras abrangem análises sobre a religião, escravidão, classe, Estado, relações de trabalho, vida doméstica, método científico, entre outros temas sociologicamente dimensionados.

No outro lado do Atlântico, Anna Julia Cooper também apreende a vida e as relações sociais em sua complexidade e múltiplos atravessamentos. Em “Uma voz do Sul: de uma mulher negra do Sul” (1892), a autora analisa uma série de questões por ela experienciada e observada nos Estados Unidos, onde acompanhou a pungência do racismo enraizado na estrutura e em suas instituições - e nas diversas formas que se manifestou ao longo do tempo. Preconizou também o que na segunda metade do século XX seria conhecido, conceitual e

metodologicamente, como interseccionalidade, articulando raça, gênero e classe em suas análises.

A trajetória de Cooper é marcada pelo seu engajamento político-intelectual, e entre seus muitos feitos, defendeu no horizonte de possibilidades feminino a educação e o desenvolvimento intelectual, a independência financeira e o rompimento com a estreiteza do sentido vital atribuído ao “amor sexual” na vida das mulheres, assim como a necessidade de auto-representação das mulheres negras norte-americanas.

No capítulo seguinte, somos apresentados a Pandita Ramabai Sarasvati, que em sua obra “A mulher Hindu de casta alta” (1887) identifica a religião Hindu e o uso do sistema de castas como um dispositivo atuante na subordinação das mulheres e estruturação de uma cosmovisão de mundo masculina, desmistificando sua existência e (re)inserindo-a na ordem sócio-política.

Nascida na casta Brâmane, a mais alta da Índia, e tendo casado com um homem de casta inferior, Ramabai enfrentou desde cedo de diversas maneiras os imperativos religiosos que organizam a ordem social de seu país, transgredindo o sistema de castas. Em seu livro, a autora propõe medidas para solucionar a situação de opressão vivenciada pelas mulheres e crianças viúvas, expondo a violência psicológica, física e simbólica das quais as mulheres indianas são submetidas desde crianças.

Em seguida, as contribuições conceituais e teóricas do pioneirismo de Charlotte Perkins Gilman para o feminismo são apresentadas nos trechos de “Mulheres e Economia: um estudo da relação econômica entre homens e mulheres como fator da evolução social (1989)”, “O lar: seu funcionamento e influência” (1910) e “A beleza que as mulheres perderam” (1910). Autora de muitos temas e gêneros literários, Gilman dessacraliza o lar, o matrimônio, a vida doméstica e a noção de privacidade, e assim como Ramabai, procura historicizar e sociologizar instituições sociais “naturalizadas” e instrumentalizadas pelos homens, examinando os processos de construção, socialização e reprodução da hierarquia entre os sexos.

Se contrapondo ao determinismo biológico e a eugenia dos discursos científicos que viam como orgânico a inferioridade das mulheres e das “raças”, Oliver Schreiner nos trechos de “Mulher e trabalho” (1911) e “Pensamentos sobre a África do Sul” (1923), se debruça sobre os dilemas de sua época - como cidadania, direitos políticos, racismo, mestiçagem, as condições sociais dos mestiços, as contradições entre o almejado progresso da modernidade e as exclusões, restrições políticas e socioeconômica das mulheres. Mesmo que suas análises

tenham sido alicerçadas em categorias evolucionistas - Daflon e Sorj alertam para o cuidado de se descontextualizar as autoras - Schreiner, privilegia um prisma sociocultural, criticando abertamente as abordagens biologicistas de fenômenos sociais.

Representando o feminismo marxista na coletânea, Alexandra Kollontai, única mulher a ocupar cargos nos governos de Lenin e de Stalin, aborda em “As relações sexuais e a luta de classes” (1921) e “Comunismo e a família” (1920), questões referentes à luta de classes, sexualidade, afetos, trabalho doméstico, família e casamento. Refletiu sobre a impregnação dessas diferentes dimensões da vida social pelo individualismo e direito de propriedade, princípios da sociedade burguesa - não sendo a “crise sexual”, como ela denomina, uma questão privada, mas antes, social. Para Kollontai, a transformação das relações entre homens e mulheres não passava apenas pela transformação da esfera econômica, mas também, pela psicológica.

No Brasil, a questão da sexualidade pode ser dimensionada tanto na biografia como nos livros de Ercília Nogueira Cobra. O caráter subversivo de seus escritos se contrapunha à primeira onda feminista no Brasil, cuja base das reivindicações se assentava na defesa de uma moral feminina essencializada. Crítica do controle da sexualidade pela religião, o discurso médico e científico higienista, Ercília tratou de questões como: liberdade sexual, virgindade, prostituição, direito ao divórcio e violência doméstica, temas pertinentes hoje e ainda envoltos de tabus e concepções normativas moralistas.

Na seguinte passagem de “Virgindade anti-higiênica: preconceitos e convenções hipócritas” (1924), Ercília reflete sobre a estruturação de uma ordem de dominação masculina, e que está presente nas ideias de todas as autoras na coletânea: “(...) Aconselham que a mulher sacrifique toda a sua vida, todos os seus ideais para que não se desmanche o edifício social construído com o fim único de favorecer o comodismo, a depravação, as paixões baixas dos senhores homens!” (COBRA, 2021[1924], p.216).

O último capítulo traz a poeta Alfonsina Storni, com trechos de “Um livro queimado” (1919), “Um assunto antigo” (1919), “Direitos civis femininos” (1919), “O movimento pela emancipação da mulher na República Argentina” (1919) e “Uma simulação de voto” (1920). Segundo Daflon e Sorj, essas produções jornalísticas foram selecionadas por causa da unicidade das articulações entre o conceito de feminismo e a noção de modernidade feita por Storni.

A poeta criticava os pressupostos de modernidade e modernização de uma Argentina que vinha se construindo como branca desde metade do século XIX, onde as imigrantes

européias eram concebidas como fundamentais no projeto de modernidade e a pureza, a castidade, o confinamento na esfera doméstica e o trabalho de reprodução social eram indispensáveis para a constituição e progresso da nação.

Assim, desenvolvendo um sem-número de questões fundamentais para maturação de temas caros às teorias e aos movimentos feministas, e que estão no centro das discussões político-acadêmicas atuais, essas intelectuais foram precursoras em suas abordagens, seja dos estudos pós-coloniais, da interseccionalidade, do feminismo marxista e de tantas outras correntes e temas importantes.

Com isso, o livro contribui para uma crítica acerca da presença/ausência de autoras e dos estudos de gênero e de teóricas feministas no recorte da sociologia clássica e contemporânea - ou nas Ciências Sociais como um todo -, assim como dos objetivos práticos do feminismo, pois, não se trata, como em certos discursos, de inverter a afirmação da bell hooks - e, portanto, se perguntar: o feminismo é para todo mundo?

A inextricável transversalidade das relações de gênero e do gênero no mundo social - como categoria analítica e marcador social da diferença interseccionado a outras categorias classificatórias, tais como etnia classe, nacionalidade, sexualidade -, não deixa espaço para os questionamentos e críticas aos feminismos, assumidos por posturas políticas conservadoras e teorias morais fatalistas, incrédulas da possibilidade de transformação das relações de dominação impostas pelo sistema sexo/gênero. Ora, através das autoras aqui resenhadas, podemos exclamar junto de bell hooks que o feminismo é para todo mundo e ocupa um papel central e histórico nas reflexões sobre os temas aqui supracitados, fundamentais para a teoria social<sup>2</sup>.

Ainda que a ordem sexista de organização da vida pública e privada tenha limitado o espaço de ação e atuação dessas autoras e o alcance de suas obras, elas não foram intelectualmente atrofiadas e tornadas improdutivas pela estrutura, como se esta exercesse um domínio que anulasse sua agência - pulsante desde a análise subversiva de seus múltiplos e profícuos trabalhos, como em suas ações políticas. De fato, essas autoras foram influentes

---

<sup>2</sup> Aqui estou me referindo ao fatalismo de certos discursos que, não vendo possibilidade de transformações nas relações de gênero, enxergam o feminismo como um movimento social limitado a reivindicações políticas apenas de mulheres - e isso referenciando não só uma postura de homens anti-feministas, como também a mulheres que, consciente ou inconscientemente sem refletir sobre tais argumentos, não vêem utilidade do feminismo para homens, contradizendo seus próprios objetivos teóricos e políticos. bell hooks (2019) visa justamente mostrar como poderia ser benéfico, para uma série de questões e para as transformações das relações de dominação, os homens se apropriarem também das discussões teóricas das feministas e começarem a tomar parte nessas questões objetivando uma mudança.

teóricas e ativistas, e não nos equivocariamos em denominá-las, como fizeram Daflon e Sorj, de “clássicas do pensamento social”.

## REFERÊNCIAS

CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. **História da sociologia 1: Antes de 1918**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

DAFLON, Verônica; SORJ, Bila (Orgs.). **Clássicas do Pensamento Social: mulheres e feminismos no século XIX**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 3º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

GIDDENS, Anthony. Introdução. In: \_\_\_\_\_ **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 09-23.